

**feam****FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE**

FEAM	
PROTOCOLO Nº 147889/2004	35
DIVISÃO: Dimet - 23/11/04	FLNº
VISTO: Mary	

**Parecer Técnico DIMET 741/2004  
Processo COPAM: 623/2001/001/2001****PARECER TÉCNICO****Empreendedor: MODECOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.****Empreendimento: fabricação de móveis tubulares****Atividade:****Classe/Porte: grande****Localização:****Endereço: Rua José Rodrigues Marques, 900 – Várzea****Município: Tocantins, MG****Referência: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO AI Nº 245/01      Infração: gravíssima****RESUMO**

Baseado em vistoria realizada em 08.10.2001, foi lavrado o auto de infração nº 245/01 em 06.11.2001, por ter a empresa iniciado ou prosseguido atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação. A empresa foi informada em 19.11.2001 através do ofício OF.DIMET/ nº 439/01, cujo AR encontra-se apenso ao processo.

Apresentou defesa, tempestivamente em 31.11.2001. Em 20.07.2004 o processo administrativo COPAM/PA/nº 623/2001/001/2001 referente ao Auto de Infração nº 245/01 foi julgado pela Câmara de Atividades Industriais tendo sido aplicada a multa de R\$ 26.603,56, com redução de 50% ficando em R\$ 13.301,78, referente a infração gravíssima.

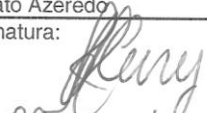

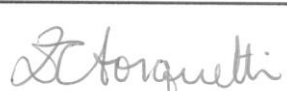
O ofício OF/COPAM/FEAM/DICOF/nº 452/04 comunicando o julgamento do Auto de Infração foi encaminhado à empresa em 04.10.2004, conforme AR apenso ao processo. Em 18.10.2004, portanto, tempestivamente, entrou com Pedido de Reconsideração da multa a ela aplicada. Alegou que a empresa sempre se preocupou com o meio ambiente e nunca praticou qualquer ato que redundasse em prejuízos ao meio ambiente. Alegou também que a empresa executou o plantio de árvores em torno do galpão e implantou um projeto de recuperação e preservação de flora e fauna na sua volta. No pedido de reconsideração não foram apontados fatos que, tecnicamente acrescentaram informações que pudessem descaracterizar a infração indicada.

Conforme consta no Auto de Fiscalização "empresa possui implantado, desde julho de 2001, sistema de tratamento de efluente industrial gerado (proveniente do tratamento superficial das peças – desengraxe, decapagem e fosfatização). Com relação à cabina de pintura líquida, a mesma está dotada de cortina d'água, para abatimento das partículas de verniz". Consta também que "a empresa não possui sistema de tratamento do esgoto sanitário gerado, das emissões atmosféricas geradas na estufa de secagem e as provenientes do beneficiamento das pedras de ardósia". O Sr. Fiscal convocou a empresa para iniciar o processo de licenciamento em, no máximo, 30 dias.

Conforme consta no sistema FEAM a empresa entrou com FCE em 06.11.2001, Obteve Certificado de LO nº 184 em 18.06.2003, com condicionantes, válido até 18.06.2009.

Não há registro de outras autuações além do Auto de Infração nº 245/01.

As alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida. Sugere-se que a aplicação da penalidade seja mantida.

Divisão de Indústria Metalúrgica e Minerais Não Metálicos – DIMET		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autor: Flavia Medina Cury	Gerente: José Octávio Benjamim	Diretora: Zuleika S. Chiacchio Torquetti
Prestadora de Serviço Fundação Renato Azeredo		
Assinatura: 	Assinatura: 	Assinatura: 
Data: 09/11/04	Data: 23/11/04	Data: 24/11/04

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTÓCOLO Nº	060735/06
DIVISÃO:	Dire 20.02.06
MAT.:	—
VISTO:	Kellen

36  
FL N°  
FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº623/2001/001/2001

Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 245/2001

Apresentado por *Modacor Indústria e Comércio Ltda.*

## **PARECER JURÍDICO**

### **1) RELATÓRIO**

1 – A empresa Modacor Indústria e Comércio Ltda., foi multada pela Câmara de Atividades Industriais do COPAM, em 20/07/2004, no valor de R\$ 13.301,78 (R\$ 26.603,56 reduzidos em 1/3), pela seguinte irregularidade: *“Dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem a Licença de Operação.”*, infração tipificada como gravíssima.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa foi devidamente notificada da decisão de aplicação da multa, através OF/COPAM/FEAM/DICOF/Nº452/2004, consoante o AR juntado aos autos. Tempestivamente, a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, alegando que:

- a infração em questão passou de gravíssima para grave;
- sua situação era tão favorável que obteve a licença em pouco tempo, tamanha a sua responsabilidade ambiental;
- sendo uma infração grave, cabe a conversão da pena de multa em advertência;
- a pena pecuniária poderá ser transformada em obrigação de execução de medidas ambientais extras, conforme art. 21, § 7º, do Decreto 39.424/98;
- caso a multa permaneça, deverá ser fixada no mínimo legal de R\$ 3.193,36, relativa à infração de natureza grave.

3 – O Parecer Técnico de fls. 53, informa que as alegações apresentadas pela empresa no Pedido de Reconsideração, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida. Informa ainda que a empresa obteve o Certificado de LO nº 184 em 18/06/2003, com condicionantes, válido até 18/06/2009. Por fim, sugere que a aplicação da penalidade seja mantida.

4 – Do ponto de vista jurídico, as alegações apresentadas pela empresa no Pedido de Reconsideração são insubsistentes para descaracterizar a infração cometida.

No que concerne à aplicação da advertência, a autuada não tem razão. A DN COPAM 61/02 é bem clara ao dispor no parágrafo único do seu art. 1º que **“Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1, 2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998.”**

*[Assinatura]*

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



A infração em questão, à época da lavratura do Auto de Infração era tida como gravíssima. Por isso, não é passível da aplicação da penalidade de advertência.

A respeito do pedido de descaracterização da tipificação da multa gravíssima, já que não houve danos ao meio ambiente, o mesmo é inconcebível. Isto porque o Decreto 43.127/02, que alterou o Decreto 39.424/98, não possui qualquer disposição sobre a descaracterização das infrações. A única disposição do Decreto é sobre a alteração dos valores das multas de UFIRs para reais. O Parecer Jurídico nº 14.482, oriundo da Advocacia Geral do Estado e datado de 02 de fevereiro de 2005 versa sobre esta questão:

(...)

“O fato que se caracteriza como infração é inalterável após sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, este fato é permanentemente uma infração. O princípio *“tempus regit actum”* informa o fato ou ato a ser apreciado e considerado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu. Portanto, se a norma vigente ao tempo do fato o tipifica como infração, é assim que dever ser considerado (...).

Portanto, se ao tempo do fato e da autuação a infração é tipificada como gravíssima, o julgamento deve ser feito tratando a infração como gravíssima, mesmo que outra norma altere a sua classificação. O julgamento do fato já consumado e tipificado conforme a lei vigente a seu tempo não pode ser influenciado pela lei nova, já que essa não possui eficácia retroativa para modificar a classificação do fato.

Lavrado auto de infração e caracterizada a infração de natureza gravíssima, a publicação do Decreto estadual nº 43.127/02 não altera a consideração da infração consumada e classificada na vigência da norma anterior. A penalidade aplicada deve ser a de infração gravíssima mesmo que o novo Decreto a caracterize como infração de natureza leve. (...)

Esclarecemos que o valor da multa foi fixado corretamente, de acordo com o porte da empresa e com a natureza da infração. Lembramos ainda que a empresa teve o valor da multa reduzido em 50% (cinquenta por cento) pela CID/COPAM pelo fato de ter obtido a sua licença ambiental.

Quanto à conversão da multa em obrigação de medidas de interesse de proteção ambiental, esta também não é possível, uma vez que o art. 21, § 7º, do Decreto 39.424/98 ainda não foi regulamentado por Deliberação Normativa do COPAM.



**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

**II) CONCLUSÃO**

Isto posto, considerando que a autuada não apresentou ponderações jurídicas, capazes de alterar ou modificar a decisão, remetemos os autos à Câmara de Atividades Industriais do COPAM, recomendado o **indeferimento do Pedido de Reconsideração, sendo mantida a multa aplicada anteriormente, no valor de R\$ 13.301,78.**

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2006.

**Denise Bernardes Couto**  
**Consultora Jurídica**  
**OAB/MG 87.973**